

Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005)

Simone G. Diniz¹

Esse texto é uma versão preliminar de parte dos resultados da pesquisa “25 anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher”, desenvolvida pelo Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, com o apoio da Fundação Ford. O tema das “estratégias do movimento” surge do convite feito pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) para uma apresentação na sua reunião nacional de 2004, que teve como tema “Estratégias de lutas e política cultural feminista contra a violência”.

Para a elaboração deste trabalho, fizemos entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave do movimento de mulheres, pesquisadoras, e pessoas envolvidas com serviços e com a formulação de políticas, em todas as regiões do Brasil. Foi também feita análise de documentos institucionais, relatórios de pesquisa e publicações do movimento de mulheres. No decorrer do trabalho, desenvolvemos um banco de dados de serviços, que também foi utilizado como fonte de informações.

Inicialmente, vamos recuperar algumas das idéias e estratégias originais do movimento feminista contra a violência na década de 80, caracterizado por sua radicalidade e criatividade, buscando revisitar aquela agenda política. Em seguida, traremos algumas reflexões sobre as políticas que resultaram das reivindicações feministas, sobre o papel do movimento no monitoramento e no controle social das políticas que inspirou, e sobre os limites e as possibilidades da avaliação e monitoramento dos seus resultados. E por fim, listaremos alguns dos desafios que foram apontados como mais importantes para o movimento no presente.

Quem estamos chamando “o movimento feminista”? Os grupos auto-denominados do movimento feminista, sem dúvida. Porém no Brasil, diferentemente dos outros países, há uma circulação de mulheres feministas “auto-definidas” e de suas idéias, no Estado, parlamento, academia, sindicatos e instituições públicas que trabalham direta ou indireta-

¹ Médica, pesquisadora, integrante do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde. Professora do Departamento de Saúde Materno-Infantil, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. sidiniz@usp.br

mente com os direitos das mulheres, que não são ou não estão no movimento autônomo. Levaremos em conta essa imprecisão.

Primeiro, o grande acerto

Em primeiro lugar, é importante reforçar aquilo que nossas entrevistadas identificam como “o grande acerto” do movimento. Depois, afirmando este acerto, vamos discutir as chamadas *estratégias* originais do movimento, e seus desdobramentos em termos do desenvolvimento de políticas públicas no campo da violência contra a mulher.

O que seria uma *estratégia*? Se procuramos no Aurélio, descartado o sentido mais militar da palavra, temos a “arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetivos específicos”. Mesmo a definição militar de estratégia se refere a uma *arte*, que por sua vez seria a “capacidade que o ser humano tem de, dominando a matéria, por em prática uma idéia”.

Essa “idéia original”, a afirmação política, com todas as suas conseqüências, de que a violência contra as mulheres é injusta e inadmissível, é identificada por quase todas como “o grande acerto” do movimento. Nas entrevistas, convidadas a refletir sobre esses 25 anos de respostas brasileiras, as entrevistadas afirmam que um grande acerto é ter colocado a violência contra a mulher na agenda: das políticas públicas, da legislação, da produção acadêmica, do desenvolvimento de serviços específicos para atenção a essa violência, da mídia, dos direitos humanos, da saúde, etc. Enfim, ter posto em movimento um conjunto vasto de ações sociais como resposta ao reconhecimento dessa injustiça.

Porém esse “êxito”, este “acerto”, conforme as entrevistas, parece exigir um novo esforço do movimento feminista, que seria qualitativamente diferente daquele original. Este seria o de conservar a chama da criatividade e do compromisso com a mudança social acesa, no processo de institucionalizar essa agenda política.

Isto seria ainda mais importante em um contexto global de enfrentamento de uma onda conservadora, com ameaças aos direitos conquistados pelas mulheres, quando não evidentes retrocessos. Durante a efervescência e o otimismo das conferências da década de 90, o movimento internacional de mulheres viu a institucionalização – ainda que às vezes apenas retórica – de muitos dos seus direitos. Porém a avaliação feita pelos próprios governos da implementação dos acordos resultantes dessas Conferências da década de 90, mostra que a situação das mulheres pouco mudou na década passada, em especial nos países em desenvolvimento [1].

Além do limitado compromisso dos governos, a maioria deles implementou cortes nos investimentos com vistas ao bem-estar social, resultando em uma piora das condições

materiais de sobrevivência, o que atinge as mulheres de forma mais desigual. Além disso, globalmente, com a retração do papel do Estado, houve uma tendência de restrição da implementação de políticas de promoção dos direitos sociais em geral (e das mulheres em particular), como é o caso das ações contra a violência. No caso brasileiro, temos por um lado uma conjuntura mais favorável que a média dos países em desenvolvimento, com governos formalmente comprometidos com as reivindicações das mulheres. Porém nos níveis locais ou federal, como veremos, esses governos enfrentam dificuldades logísticas e institucionais consideráveis para a implementação das políticas com as quais se comprometeram [2].

As estratégias originais do movimento: da ação direta à reivindicação de políticas públicas

Nessa pesquisa, entrevistamos várias das integrantes do movimento da passagem da década 70 para a de 80, que participaram da criação dos SOS Mulher, e das passeatas que protestavam contra o homicídio de mulheres.

A gente resolveu fazer uma coisa mais conjunta, então nessa época nos estávamos organizadas, em Nós Mulheres, Brasil Mulher e Grupo Feminista 8 de Março. E aí nessas reuniões pensamos em lançar um serviço contra a violência mulher, quando nós recebemos algumas denúncias, de mulheres que haviam sido mortas pelos seus companheiros, era a Esmeralda e Eliane de Gramont, na época e aí a gente acabou adiantando todo o processo, então o processo de reflexão de como seria esse serviço, ele de certa forma foi atropelado, por causa dessas denúncias. Nós resolvemos fazer um ato público no municipal, lançando um protesto contra esses assassinatos de mulheres, e acontece que no municipal nós lançamos o SOS [4]

O SOS foi criado em outubro de 1980 em São Paulo, logo em seguida em Campinas e no Rio. Em Minas foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Todas as entidades eram autônomas e tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência, com um serviço de voluntárias que incluía psicólogas e advogadas. Em reação aos homicídios, foi criado o slogan “Quem ama não mata”. Além de atender a mulher, faziam grupos de reflexão sobre a violência e procuravam os meios de comunicação para promover o debate junto à opinião pública [3].

Então quando nós montamos aquele plantão, que alias foi montado muito em cima das demandas e das circunstâncias e não planejado, nós tínhamos a visão de que as mulheres vindo ao SOS, com a sua experiência individual de violência iriam ter uma oportunidade de compartilhar coletivamente aquela experiência, perceber que ela não estava só, perceber a partir das conversas, dos diálogos que havia saída e esse era um processo de conscientização. [5]

As feministas questionaram também a idéia de que a violência conjugal era um assunto das mulheres (ou de homens) pobres, negras ou ignorantes, de famílias desestruturadas, dando visibilidade a casos como o de um conhecido professor universitário contra sua mulher. Outro questionamento feminista importante foi o da absolvição dos assassinos de mulheres sob alegação de que teriam agido em legítima defesa do honra. Graças à pressão feminista e de alguns advogados esclarecidos, o Poder Judiciário passou a dar um novo tratamento à questão [3].

As nossas entrevistadas nos contaram que não haviam propostos as delegacias da mulher tal como as conhecemos hoje. E por que não? Originalmente, pensava-se em uma mudança nas delegacias comuns, pois essas desconsideravam as denúncias de violência conjugal:

Porque dentro do SOS, nunca formulamos a idéia de delegacia de mulher, a nossa reivindicação era que as mulheres tivessem um atendimento especial nas delegacias, que os delegados, os assistentes tivessem um preparo para receber este tipo de demanda, quer dizer, que mudassem radicalmente como eles viam uma mulher (...) E sonhávamos era com casas abrigos, Mas na verdade no SOS tinha duas pessoas que tinham vivido fora do Brasil que contavam experiências européias e nós imaginávamos que essas casas seriam uma solução... na época, nos nem formulávamos isso como demanda para o Estado. Então a nossa percepção, para o Estado eu acho que era muito limitada, até da forma que a gente se relacionava com o Estado, estava no momento de reorganização democrática, então não víamos o Estado como portador de soluções para esses casos [5].

As mulheres do SOS naquela ocasião – ainda se vivia o contexto da ditadura militar – acreditavam que as próprias feministas deveriam atender, e sobretudo propor uma reflexão sobre a condição feminina, que facilitasse que estas mulheres desse um salto de consciência e superassem seu lugar de submissão. Ao mesmo tempo, havia um reconhecimento de que os equipamentos sociais como as delegacias deveriam receber treinamento para que pudessem atender as mulheres devidamente.

E o SOS também, concebeu a violência como um problema simbólico que tinha a ver com discriminação e a submissão das mulheres. E a violência era concebida de uma maneira muito ampla. Nós em nenhum momento admitimos nenhuma atenção, mais técnica ou um pronto atendimento psicológico, advogado, assistente, para nós isso, era assistencialismo, não tinha nada a ver com a nossa proposta feminista [4].

Em alguns países, os serviços que atendem mulheres que sofrem violência são um assunto do movimento de mulheres, não há propostas de incorporação pelo estado. Em certos contextos há mesmo um estranhamento com o fato de haver políticas públicas, pois isto seria um tema do movimento social – especialmente em um contexto de redução do papel do Estado e de suas políticas.

Você sabe que outro dia eu conversei com uma mulher palestina de um grupo que trabalha com violência, sobre as Casas Abrigos, e ela ficou impactada de saber que os abrigos daqui serem governamentais, pois ela achava que era uma questão de princípio essas casas serem não governamentais, tinha a idéia de que eram todos os abrigos criações das ONGs. Por exemplo, seria como a rede de ONG's de São Paulo ter seus próprios abrigos. Então ela disse que seria uma grande discussão dos pressupostos do trabalho: por que, para que? Ela acredita que o Estado não teria condições de fazer esse trabalho. O curioso é que para gente é o oposto disso. [6]

Podemos dizer que o movimento no Brasil elegeu duas estratégias: a ação direta no primeiro momento e a reivindicação de políticas públicas em seguida. O movimento feminista brasileiro tem como uma marca própria a sua articulação com a reivindicação dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres. No caso dos movimentos feministas europeu e norte-americano, a reivindicação dos direitos das mulheres era muito mais referida aos direitos individuais, com base na tradição liberal, de escolha e de liberdade nos âmbitos amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se desdobrar na plenitude da liberdade e autonomia nas relações pessoais, de trabalho e no âmbito político. O movimento feminista brasileiro, por sua vez, desde os seus primórdios ainda nos anos setenta, enfatizou os direitos sociais e a luta pelo estado democrático [7]

Nas eleições de 1982, algumas feministas vinculadas ao PMDB (com trajetória feminista em organizações autônomas), partido que ganhou as eleições estaduais naquele ano, reivindicaram a formação de um Conselho Estadual da Condição Feminina. Criado em 1993, apresenta quatro prioridades: creche, saúde, trabalho e violência. Foi criado o COJE (Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico), E em 1985, foi criada a primeira Delegacia Policial de defesa da Mulher, e em 1986 [3]. Essas iniciativas vão se estendendo por todo o país, como parte de uma agenda de reivindicações do movimento de mulheres, organizadas ou não em partidos, com ênfases e formatos diversos quanto aos serviços reivindicados.

Mais recentemente, o movimento tem inserido a questão do feminismo como componente essencial do projeto democrático, buscando tirar o debate sobre o lugar social das mulheres do isolamento de um tema parcial ou fragmentado, como se não dissesse respeito ao conjunto da sociedade [8].

Mesmo com todo o investimento feito nas respostas do Estado, sempre houve uma interlocução – menos ou mais tranqüila – dos grupos feministas com os fazedores de políticas. Isso contribuiu para que muitos dos modelos de trabalho desenvolvidos pelo movimento de mulheres fossem posteriormente incorporadas como políticas públicas.

Um exemplo de “modelo” que se inicia em grupos de mulheres é incorporado – com menos ou mais limites – pelo estado é o atendimento às mulheres que foi inicialmente proposto por grupos como os SOS. O atendimento individual ou em grupo, a escuta solidária da história das mulheres agredidas, a afirmação do direito a viver sem violência, o trabalho inter-disciplinar e em redes de serviços, a democratização das informações ditas técnicas (legais, assistenciais, médicas, etc.), entre outras, foram inovações desenvolvidas pelos grupos de mulheres, que puderam posteriormente ser incorporadas pelos organismos governamentais e saberes acadêmicos.

Podemos citar inúmeros exemplos de grupos que partiram para a ação direta nos casos de violência. Para ficar apenas nos mais antigos, citamos entre eles o trabalho do SOS de São Paulo e de Campinas e o Fórum e Mulheres de Pernambuco.

O SOS de Campinas

Um serviço feminista que presta atendimento com vocação original em violência e que sobrevive até hoje, tendo estabelecidos várias ramificações é o SOS Ação Mulher e Família de Campinas-SP, uma organização não-governamental (ONG) sem fins lucrativos, fundada em 1980. Desde 1987 mantém convênio de cooperação com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), além de outras parcerias com instituições públicas e privadas. Tem como principais objetivos tratar a violência doméstica e sexual como problema social e de saúde pública, envolvendo a mulher, a família, as instituições sociais e a comunidade, buscar através da mulher e família, relações mais justas e complementares, visando a interrupção de uma história de violência e promover a formação de protagonismo feminino e agentes sociais multiplicadores através de programas de capacitação e treinamento. Portal Unicamp.
http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/BDNAG/NAG_442/NAG_442.html

O atendimento em saúde na interface com a violência já era feito pelo Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde na década de 80, e a Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos foi um dos serviços que há anos oferece diversas modalidades de atendimento de forma pioneira, trabalhando as inter-relações entre violência e racismo.

A Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos foi inaugurada em 30 de junho de 1990, em Santos/SP. Desde 1991, a CCMN oferece assistência jurídica a mulheres, homens e crianças em caso de racismo e oferece apoio legal a mulheres e crianças

vitimas de violência doméstica e sexual. Oferece desde 1993, aconselhamento psicológico para mulheres e crianças assistidas pelo serviço jurídico da CCMN, tendo realizado vários encontros e publicações sobre o tema. Em caso de racismo, esse aconselhamento psicológico é oferecido também aos homens negros. De 1995 a 1998, a Casa de Cultura da Mulher Negra atuou como secretaria-executiva da sub-região Brasil da Rede Feminista Latino-americana e Caribenha de combate à Violência Doméstica e Sexual, sob a coordenação de Alzira Rufino.

http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/quem_somos.htm

As vários ONGs trabalharam não apenas no desenvolvimento de modelos assistenciais – sociais, de saúde, psicológicos e jurídicos – mas também na criação de redes de referência, de articulação política internacionais e com organizações governamentais, e em campanhas de prevenção à violência [9]. Muitos desses projetos foram potencializados através de parcerias com a academia e com serviços, ampliando seu alcance e sustentabilidade, como é o caso de CEPIA, no Rio de Janeiro, do SOS Corpo em Recife e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde em São Paulo.

Algumas das formas de atendimento e de intervenção social muito criativas e promissoras criados pelo movimento, no entanto, continuaram sendo consideradas como “assunto de ONG”, como é o caso das Promotoras Legais Populares.

O que são as promotoras legais populares?

A experiências de formação de Promotoras Legais Populares busca contribuir para a difusão dos mecanismos de acesso e funcionamento da justiça entre uma camada específica da população: mulheres que desempenham o papel de lideranças comunitárias locais. O projeto Promotoras Legais Populares é uma experiência consolidada em diversos países como Argentina, Peru, Chile. No Brasil foi implantado primeiramente na cidade de Porto Alegre-RS, adaptado pela equipe da ONG Themis. Desde de 1993, a Themis desenvolve, junto a lideranças femininas comunitárias, cursos de capacitação legal em Direitos Humanos das Mulheres. O curso, com duração de 80 horas, oferece noções básicas de direitos sexuais e reprodutivos, direito constitucional, direito de família, legislação para defesa e proteção contra a discriminação racial e contra a violência sexual e doméstica, além de noções sobre a organização e funcionamento do estado, com destaque ao sistema judiciário. O curso adota metodologia pedagógica adaptada às vivências do meio popular e técnicas de ensino e aprendizagem que valorizam o saber empírico/prático relacionado

com o teórico. A formação das PLP se estendeu a outras cidades brasileiras, em São Paulo, por exemplo, o trabalho é uma parceria da União de Mulheres de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública – IBAP.

Ainda não há experiência concreta de prefeituras de estejam apoiando formalmente a capacitação de lideranças sociais como promotoras legais. No entanto, o governo municipal, por intermédio de alguma secretaria que esteja em contato direto com a população feminina, pode ter um grande poder articulador tanto em relação à convocatória do público que faria o curso quanto para organizar as entidades necessárias para sua implementação.

<http://www.ibap.org/direitosdamulher/janaina.htm>

<http://themis.org.br/>

Partimos do pressuposto de que toda política é uma política de gênero [10]. Elas podem contribuir para a superação das desigualdades, para a manutenção ou mesmo para a piora das desigualdades de gênero. Neste sentido, entre o proposto originalmente pelo Movimento e sua execução, é exigido um tipo de esforço diferente da simples proposição, da radicalidade criativa. A transformação dessa demanda por justiça de gênero, em uma proposta política exige um complexo esforço de re-elaboração dos saberes e das instituições, originalmente comprometidas com os valores ditos patriarcais. Esse esforço exige a atenção ao detalhe, ao acúmulo de conhecimentos, ao trabalho coletivo, à capacidade de alianças. Exige o desenvolvimento de um “como fazer”, de um know-how, simplesmente porque esse não existe. Exige re-pensar, “re-descrever”, num esforço grande de imaginação sobre como mudar nossas disciplinas, recuperando os acertos conceituais dos profissionais que venham atendendo esses serviços ou venham formulando leis ou políticas públicas. Trata-se de uma “transição de conhecimentos”, com seus limites e potencialidades. Essa transição implica na criação de um conhecimento novo, e uma posterior “tradução do conhecimento” em práticas inovadoras. Em outras palavras, é uma aceleração do ciclo de produção do conhecimento, e uma aceleração da transformação do conhecimento em sua utilização [11].

Esse não é, de forma alguma, um esforço pequeno. É importante recuperar que apesar de toda a perda de radicalidade e de criatividade implicada nessa transição, nessa incorporação para políticas públicas desse ideal feminista, nós avançamos muito.

O tema da violência como objeto de políticas públicas esteve presente nos documentos relativamente unificados do movimento para momentos importantes da política brasileira, como a Carta aos Constituintes em 1986 [12]. Em 2002, e no amplo proces-

so que resultou na Plataforma Política Feminista para a eleição daquele ano, a palavra violência é mencionada dezenas de vezes no documento final, relacionada à criação e ao monitoramento de políticas públicas, em articulação com as questões do racismo e de outras formas de discriminação [13]. Mais recentemente, o tema foi incorporado em uma Política Nacional de Segurança Pública, e uma proposta de legislação específica para a violência contra a mulher (Projeto de lei nº 4559, de 16/11/04, sobre a violência doméstica e familiar) [14]. Todas essas formulações contaram com forte participação feminista – pelo menos na sua concepção original.

A rede de violência no Brasil, encontros e desencontros

No início da década de 90, o movimento de mulheres contra a violência se reestruturou em diversos estados brasileiros, o que levou à necessidade da criação de uma articulação nacional e internacional. No Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe em San Bernardo, Argentina, em 1990, surge a Rede Feminista Latino-americana e do Caribe Contra a Violência Doméstica e Sexual. Em 1992, o movimento organizou o primeiro encontro da Rede Feminista Latino-americana e do Caribe Contra a Violência Doméstica e Sexual, realizado em Olinda (PE), que reuniu mulheres de 22 países. Nesta reunião, um conjunto de divergências foram explicitadas, como o lugar da violência racial na agenda da Rede. Esse ponto, entre outros, levou a uma divisão entre as participantes, tendo as brasileiras defendido o combate ao racismo como central na luta contra a violência, posição que não predominou. Mas ficou como um marco do compromisso do movimento brasileiro em enfrentar o tema do racismo:

E quem fez a defesa, o que é mais louco, contra a entrada da questão racial foi uma cubana, negra. E aí o que aconteceu, na hora que não passou a questão racial, houve um vazio, houve um silêncio na sala e as brasileiras foram se retirando, criou um problema político. Imagina a discussão da implementação, da criação da rede no Brasil, quando as brasileiras se retiram porque não tem questão racial, quando sequer o Brasil naquele período concordava de que existia racismo, “vivemos numa democracia racial”. Quer dizer, do ponto de vista da questão racial foi uma grande vitória, foi a primeira vez que um movimento feminista toma uma posição diante do racismo, por outro lado um peso muito grande, uma responsabilidade muito grande. [15]

A delegação brasileira se mostrou unificada frente a esse tema, porém a discussão sobre os rumos foi dificultada pelos conflitos sobre quem assumiria a sua liderança.

Por toda a experiência e acúmulo brasileiro, havia uma simpatia da América Latina

no sentido de apoiar que a sede dessa primeira gestão fosse no Brasil. Mas havia um conflito sobre quem deveria estar à frente [...] Nós chegamos nesse encontro com um problema político, que era brasileiro, com uma coisa esfacelada, com acusações, com dificuldades. Então ela nasce mas ela não nasce, ela é tentada, durante esses dias desse encontro em Recife. Tentamos chegar em algum consenso, mas com muita dificuldade, por conta exatamente das brasileiras. As latinas decepcionadas, porque sentiram que havia um problema e queriam que a gente resolvesse, aqui no Brasil, para poder dar continuidade. Então nós acabamos atrapalhando o nascimento da Rede Latino-americana por toda a confusão no Brasil. Porque não havia acordo, ninguém queria tomar as rédeas dessa situação, porque sempre ia ter que carregar a culpa de ter dado golpe, de ter sido autoritário, de não ter respeitado a democracia etc. E aí, foi um longo período...de uma rede de intrigas, foi o que aconteceu nela no Brasil, uma rede de intrigas. [16]

A criação do “braço” brasileiro desta rede foi contemporânea à fundação da Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, e a evolução de ambas é inevitavelmente comparada. A Rede de Saúde cresceu em articulação, se institucionalizou, garantindo uma infraestrutura profissionalizada, publicações regulares e influência política no movimento, junto à mídia, ao Estado e outros setores da sociedade. Essa criação acontece em um momento de convergência e consolidação das organizações feministas que atuam na área de saúde da mulher. As ONGs deste campo são as mais estruturadas e conseguiram uma grande capacidade de interlocução interna como movimento feminista. Entre os fatores associados a este crescimento diferencial, além do próprio amadurecimento político no campo da saúde e direitos reprodutivos, também foi mencionado por nossas entrevistadas a maior disponibilidade de financiamento neste campo, por parte das agências de cooperação.

A Rede de Violência, por sua vez, não conseguiu florescer e superar suas divergências internas. Neste pesquisa, perguntamos às nossas entrevistadas sobre sua eventual participação nesta Rede, e seu entendimento das razões desta não ter florescido. A maioria das entrevistadas mal conhecia sua existência. Entre aquelas que participaram do processo de formação e dos conflitos, as respostas se dividiam entre as que descreveram sumariamente o conflito, e as que não queriam falar muito, pois havia momentos dolorosos, ainda não recuperados em seu significado político, e também porque envolvia o julgamento de pessoas já falecidas.

Conforme nossas entrevistadas, aos poucos, a Rede foi relegada ao esquecimento. Apesar disso, o tema da violência continuou no topo da agenda do feminismo brasileiro, principalmente em sua tradução nas políticas públicas. Um exemplo disso é a escolha pela Articulação de Mulheres Brasileiras em 2004 do tema da violência como objeto do seu

monitoramento de políticas para as mulheres, pelo segundo ano seguido, mobilizando um conjunto expressivo de grupos nestas ações, em todos os estados brasileiros.

Como fazer acontecer “lá na ponta”?

O monitoramento das políticas, ou propor as políticas é diferente de executá-las

Na década de 90, o tema do enfrentamento da violência se institucionaliza tanto na agenda do movimentos quanto do governos. Vivemos a era das conferências internacionais, quando vimos avançar o movimento global de mulheres como força organizada, capaz de influenciar em acordos institucionais de compromisso com a igualdade social e de gênero. Isso foi traduzido nas Conferências de Viena, Cairo e Pequim, na Convenção de Belém do Pará e em outros instrumentos jurídicos internacionais, e no compromisso dos governos na implementação dessas políticas (17).

Quando as primeiras ações de resposta à violência são articuladas, receava-se que os serviços então disponíveis que poderiam atender as mulheres vítimas de violência na década de 80 (delegacias comuns, serviços de assistência social ou de saúde, entre outros) teriam muito mais como função adequar a mulher ao seu papel subalterno na família. Vinhos de uma tradição conservadora, a quem os serviços “deveriam lealdade”, às mulheres em situação de opressão ou às instituições opressoras como a família e o casamento?

Vinte e cinco anos depois, diante dos impasse atuais das respostas em violência, esta questão se mostra muito atual. Nesta pesquisa as feministas entrevistadas descrevem de maneira muito enfática os limites atuais das políticas que desencadeadas pelo próprio movimento, e se referem a estudos críticos dessas políticas feitas a partir do próprio feminismo[18]. Se nas suas origens o movimento propôs a ação direta, em um segundo momento, investiu-se energia em traduzir essa idéia original em políticas, em leis, em infiltrar o Estado e suas instituições, nos saberes constituídos, na academia, em muitos outros desdobramentos.

Foram as próprias feministas que entraram para o Estado como executivas. Reivindicaram uma mudança nas instituições, uma criação de novos serviços, e de novos olhares que pudessem atender essas demandas novas, que não estavam colocadas anteriormente. Nessa transição há uma certa perda de controle, uma perda de criatividade e de radicalidade. Essa perda seria inevitável? Na prática houve uma certa redução, uma re-descrição desta idéia, de sua radicalidade criativa, para que coubesse nos limites institucionais.

O resultado das políticas será sempre um embate entre o que foi proposto e o que é possível. A lista de criações nesse embate é extensa e mostra uma grande capacidade de interlocução feminista com o Estado – tensa, instável, menos ou mais pro-

dutiva. Inclui delegacias, abrigos, centros de referência, redes de serviços, programas de treinamento, mudanças na legislação e no judiciário, etc., além de compromissos políticos os mais diversos.

Essa mudança cultural, de mentalidades, é uma fronteira instável, que o movimento tem tentado mover para que possa de fato atender às necessidades das mulheres, traduzindo suas reivindicações por justiça social e de gênero em políticas públicas. O papel do movimento seria não apenas o de propor, de inventar políticas, mas também o de fazer avançar os limites conceituais e práticos do *trabalho concreto* das políticas, de forma a ser útil para a mulher que dele necessita, “na ponta”.

Desta forma, a “linha de base” para a avaliação desses 25 anos seria não apenas o número de serviços criados, as expressões práticas da idéia, mas a própria teoria, como nos dizem duas entrevistadas encarregadas de avaliar uma experiência de ONG que atende violência:

Na avaliação de nossas experiências, não há nada dado. Tivemos que repensar a teoria, os indicadores, tudo. Os indicadores que usamos inicialmente se mostraram inadequados no processo, e estamos desenvolvendo outros. Temos que avaliar não apenas a prática, o que mudou a partir da experiência que estamos avaliando, mas também o que mudou na própria maneira de ver o problema, a teoria em si [19]

Aqui há uma mudança na concepção original do movimento, sobre o que seria o papel do Estado. Tem-se a consciência de que as instituições governamentais, tais como estavam configuradas com seus saberes e práticas, não teriam condições de contemplar a radicalidade que é proposto. Num momento posterior, o Estado é visto como um instrumento: como tendo a finalidade de incorporar as demandas de promoção de justiça de gênero e de justiça social como um todo.

Na visão feminista, não seria papel do movimento fazer acontecer “lá na ponta”, mais sim “contaminar” o Estado, influenciá-lo, de maneira que ele incorpore esse ideal feminista, na formulação das políticas, da legislação, da formação de recursos humanos, e da implementação de políticas sociais em geral, no que essas dizem respeito às mulheres. Os grupos feministas não tiveram a intenção de responder à imensa demanda de mulheres que sofrem violência. Porém vários indivíduos e grupos se colocaram como linha de frente do atendimento, criando serviços e desenvolvendo essa “tecnologia de atendimento”, que foi posteriormente incorporada – com avanços e limites – às políticas públicas.

A disseminação de serviços e suas redes: o quanto nós evoluímos nestes anos?

Se considerarmos um marco inicial, uma “linha de base” na década de 80, aonde uma mulher que sofria violência poderia procurar ajuda, além de sua rede de relações pes-

soais? Não tínhamos virtualmente nenhum serviço, digamos, “ao nosso favor”. Hoje em dia, além de várias ONGs, temos centenas de serviços *públicos*, entre elas mais de trezentas delegacias, dezenas de centros de referências e cerca de setenta abrigos (entre os projetos e os efetivamente funcionando). Além de incontáveis serviços de saúde que atendem violência sexual, doméstica, psicológica, entre outros. Mesmo as redes de referência, uma relativa novidade já são realidade em muitas cidades, envolvendo tanto instituições públicas quanto ONGs (v. capítulo sobre serviços). Isso tudo em uma certa “contra-mão da história”, se consideramos o contexto global de redução do estado e de políticas públicas.

É importante celebrar essa mudança como uma vitória do movimento, pois atesta a sua enorme potencial de influir na sociedade.

Porém aqui o movimento tem pelo menos dois problemas a enfrentar: o primeiro, que estes serviços têm uma cobertura e distribuição muito aquém da necessidade das mulheres. Esta constatação óbvia deve se acompanhar de uma nova pergunta, importante para o planejamento, monitoramento e controle social das políticas: qual seria a cobertura aceitável de cada serviço, para uma certa área geográfica, pelo menos como estimativa?

E segundo, o movimento feminista, como o conjunto da sociedade, sabem pouco sobre o efeito concreto dessas políticas na vida das mulheres. O quanto se sabe sobre se, como e quanto o atendimento nesses lugares – mesmo insuficientes em número e mal distribuídos – ajudam as mulheres a superar a situação de violência?

Nessa pesquisa, encontramos tanto serviços excelentes quanto outros muito ruins. É verdade que há muito o que avançar, que muitos desses serviços são tristemente limitados, que o cumprimento da legislação é precária, que o judiciário mudou muito pouco. É verdade também que muitas vezes as políticas propostas pelo feminismo, se mal compreendidas e mal executadas, podem não apenas não ajudar as mulheres a sair da situação de violência, como reforçar o papel de submissão [18]. Um exemplo desse problema é o manejo das queixas das mulheres pelas delegacias e mesmo pelos centros de referência: a partir da criação da lei 9099, há uma enorme distorção no encaminhamento das denúncias quando essas se confrontam com um judiciário conservador para avaliação das casos, muitas vezes estimulando a impunidade. [19]

Por outro lado, chama a atenção que existam tantos serviços que foram contaminados pelo ideário do movimento feminista de forma militante e comprometida. Isso é especialmente relevante porque os serviços passam a ser um tipo de “vanguarda” da produção do conhecimento, assumindo – com seus limites e alcances – o lugar que o movimento teria se oferecesse o atendimento.

Os programas de treinamento em serviço são especialmente importantes porque a formação de profissionais que atendem essas mulheres em situação de violência, mudou

pouco ao nível da graduação, portanto o esforço de formação continuada que existe nos serviços faz as vezes dessa formação acadêmica. Essa situação é típica das áreas que atravessam a chamada “transição de conhecimentos” [16]: quando uma disciplina, um saber vai mudando e incorporando outras questões e valores, a formação em serviços é muito mais rápida que o aparelho formador, a universidade, e mais dependente da vontade política de quem implementa as mudanças. A pós-graduação incorpora esses temas novos mais rápido (ou menos lentamente) que a graduação, havendo um número crescente de programas contemplando a violência de gênero como tema [21]. O “conhecimento novo” surge em grande parte *nos serviços*, sendo refinado na supervisão de equipes e na montagem de redes entre os serviços. Aqui surgem os protocolos de atendimento, as normas técnicas, os manuais, enfim, o conhecimento novo é sistematizado. Essas experiências são especialmente férteis quando constituem alianças estratégicas entre academia, serviços e grupos feministas.

Então o que há de grande acerto, eu achei muito interessante a forma de composição que a temática permitiu entre a academia, serviços e ONGs. O ganho foi da academia, dos serviços. Eu acho que a vivência com as ONGs, mas não uma ONG qualquer porque elas já viraram um 3º setor super organizado, é uma organização do movimento social da entidade feminista que se instituiu de alguma maneira, um organismo prestador de serviços e pesquisas. Eu acho que isso foi um grande aprendizado, primeiro perceber bem que há muitas diferenças entre a academia e o movimento social mas, há possibilidades de trocas super intensas que beneficiam muito a ambas [22]

Na prática, esse conhecimento é construído dentro das disciplinas e através delas, trans-disciplinarmente. A psicóloga, a assistente social, o médico, enfim qualquer uma das profissões que estejam envolvidas, policiais, advogados, não tiveram isso na sua formação. O saber é desenvolvido no nosso cotidiano; sistematizando as questões, mas isso só ocorre se existe a oportunidade de refletir sobre a prática.

A montagem de redes de atendimento em violência é uma das grandes inovações trazidas por essa incorporação do tema pelo Estado. Sem dúvidas há uma forte influência dos grupos de mulheres que se especializam no tema da violência, cuja atuação é marcada pelo desenvolvimento da redes [9]. As redes nascem da necessidade, da incompletude, da fragmentação das ações e conhecimentos – é um esforço de superação desses limites.

Inclusive do limite imposto pelo sofrimento emocional de quem atende, o tema de “quem cuida de quem cuida”. A escuta da violência pode ser profundamente penosa, levando a um desgaste físico e emocional. O tema não é novo, já estando presente na reflexão do SOS em 1980:

Acho que o que nós tínhamos mesmo na verdade, era boa vontade. O que até acabou destruindo algumas de nós, pois nós não tínhamos limite, trabalhávamos dia e noite, colocamos dinheiro do nosso bolso, pagávamos o aluguel da Casa que tínhamos que era na Benedito Calixto, pois tivemos que sair do escritório do Fernando Moraes, pois tivemos ameaça de bomba. (...) e aí a gente foi se dando conta de como nós éramos vulnerável, quer dizer, ameaça de bomba, ameaça de baterem na gente, sem infra-estrutura nenhuma, então trabalhávamos, manhã, tarde e noite, só ouvindo aquele sofrimento, com a nosso impotência, e bancava com o dinheiro do nosso bolso nesse trabalho da gente, e o atendimento foi ficando mais e mais sofrido.[5]

Vinte e cinco anos depois, a necessidade de atenção e elaboração desse sofrimento de quem atende ainda não é claro para muitas das instituições que lidam com violência, que não oferecem espaço para a troca entre a equipe, nem reconhecem a necessidade de formação específica ou de supervisão por parte das mulheres que atendem.

Eu falava isso, que precisava me preparar para aquele atendimento, mas ninguém achava importante, nem facilitava nada. Supervisão nem pensar. No fim eu fui atrás sozinha, de estudar sobre gênero, violência. Aí resolvi fazer supervisão, não falei para ninguém, e pagando do meu bolso. Fiz escondido mesmo, para evitar mais conflito. [23]

Nesses 25 anos, muitas mulheres cresceram pessoal e profissionalmente através do trabalho de supervisão, de criação de comunidades de pessoas que atendam e pensam no atendimento de violência, incluindo grupos feministas, serviços, universidades. Sem a pressão dos grupos feministas, a incorporação do tema da violência seria muito mais lenta e limitada. E esse desenvolvimento tem sido uma questão central, porque o conhecimento tinha que ser acumulado criticamente, para que possa ser repassado e aprimorado.

E nisso as feministas, trazem para o Estado e suas instituições um paradoxo: há uma atitude dos profissionais é chamada a “mentalidade do funcionário público”, aquela que não teria um compromisso com o trabalho. Em muitas situações isso não deixa de ser verdade, mas talvez o compromisso que se espera do Estado e de suas instituições com o ideário militante, político, não seja realista. Porém em muitas situações pessoas que vem do trabalho como funcionárias públicas foram ganhas pelo ideário feminista, de uma maneira muito profunda que transformou suas próprias vidas. Tornaram isso uma “militância no trabalho” delas – muitas vezes com uma criatividade e uma radicalidade surpreendentes. Também se pode citar diversos exemplos de serviços públicos que por seu compromisso político sobreviveram a várias mudanças de governos e gestões. No Brasil nós temos esse problema da instabilidade institucional, muitas vezes equipes que montaram serviços excelentes, são desmontadas uma vez que o governo muda. Há uma transferência ou saída de pessoas que foram treinadas, ou programas e redes formadas se desmontam com a mu-

dança de governo. Mas temos serviços que atravessaram vários governos “adversos” e estão aí firmes, crescendo e se desenvolvendo e continuam como referência.

A Casa Eliane de Grammont

A Casa Eliane de Grammont foi criada em 09 de março de 1990, durante o governo Luíza Erundina, sendo o primeiro serviço público municipal do país deste tipo. É um centro de referência e atendimento integral às mulheres nos casos de violência doméstica e sexual. Oferece atendimento psicológico e de assistência social, como parte de uma política de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. Além de articular com outros serviços a construção de uma rede de atendimento às usuárias. Desta forma, tornou-se um modelo para implantação de serviços destes tipos em outras prefeituras, auxiliando na criação de centros semelhantes. Sua equipe sobreviveu aos 8 anos de governos Maluf e Pitta em São Paulo, o que constitui um exemplo de resistência.

Além do atendimento direto à população feminina, a casa Eliane de Grammont vem procurando se capacitar também como um local de pesquisa, reflexão e elaboração de materiais (textos, cartilhas, dossiês e etc); e através da formação de um banco de dados sobre a violência praticada contra as mulheres atendidas pela casa. E também, um campo de estágio e formação para estudantes e profissionais de várias áreas.

“Infiltrações” da abordagem de gênero nas políticas públicas: alcances e limites

Um excelente exemplo de infiltração de gênero no desenvolvimento de respostas em violência contra a mulher no Brasil são as políticas de saúde. Desde a década de 80 começaram a haver políticas de interface entre violência e saúde; como por exemplo, o atendimento de casos de violência sexual; a identificação dos casos de violência nos serviços de saúde, e a sensibilização dos profissionais. Depois da década de 90, surgem os estudos de prevalência e todas propostas de identificação epidemiológica, dos casos de notificação de violência (Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003). [24] Esses trabalhos foram em grande parte estimulados pelas parcerias entre ONGs, academia e serviços. Nos anos 90, as organizações feministas mais estruturadas atuam no campo da saúde e passam a realizar essa interface. Uma dos resultados dessa “inter-fecundação” foi a criação do Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), já em 1994 [25].

No levantamento da produção acadêmica sobre violência nesses 25 anos, realizado por Míriam Grossi e sua equipe [21], mais da metade dos estudos sobre o tema são da área de saúde, refletindo a forte e desproporcional infiltração do tema nessa área.

Nesse campo um dos principais limites é a dificuldade que os profissionais de saúde têm em lidar com questões mais complexas, e mais imediatamente referidas ao social, como é a violência. Nós dizemos que é a “caixa de Pandora”, uma vez você pergunta sobre a violência, um conjunto grande de males emerge. Desde o início dessas políticas existe toda uma compreensão de que o setor de saúde é uma porta de entrada muito privilegiada dos casos de violência e que seria responsabilidade do setor de saúde, pelo menos identificar esses casos e referi-los adequadamente. Oferecer uma alternativa concreta *do que fazer*, e um trabalho que seja efetivo, é uma coisa que tem muitas mais chances de incorporação na prática pelos profissionais do que uma questão que ele não tenha respostas, que ele sinta que ele não tem resolutividade. Isso inclusive reduziria muita o desconforto, a ansiedade do profissional de saúde, porque ele também como outros profissionais, como advogados, enfermeiras, assistentes sociais, psicólogas, também não teve em sua formação nada sobre como lidar com as questões de violência. Porém, uma vez que ele entenda que sim pode ajudar, e de que maneira, isso a/o deixaria mais tranqüila/o, pois ele/a pode inclusive perceber as relações entre a violência doméstica, a sexual, e as consequências na saúde, incorporar isso a prática, ao invés de simplesmente identificar o caso e não ter nada o que fazer e sofrer por isso, dada a falta de instrumental no trabalho.

Nesse sentido, a questão da violência sexual é muito mais aceitável para os profissionais de saúde, do que as outras formas de violências.

Valorizar a morbidade no caso da violência contra a mulher, seria valorizar o rotineiro. A violência doméstica, a violência do parceiro íntimo e não a sexual por estranho, seria a inversão desta lógica. Então você tem um evento preciso, para o qual tem uma resposta precisa. Mas é que a área da saúde obviamente, como toda a planificação se aceita indicadores e os indicadores mais confortáveis são esses de eventos muito precisos, os imprecisos não dão bons indicadores. Não se planeja para as coisas imprecisas – é uma lógica do sistema. [26]

Isso ocorre porque na violência sexual o profissional tem mais procedimentos, vamos dizer assim, clínicos, objetivos, que sabe fazer e acredita que são resolutivos. Como por exemplo os que são traduzidos na Norma Técnica de Atenção as Mulheres Vítimas de Violência Sexual, desde a prevenção da gravidez, até a prevenção das DSTs e do HIV. O fato de se ter um procedimento claramente protocolado, facilita muito o trabalho dos profissionais, e faz com que seja mais fácil para ele identificar isso, do que por exemplo manejar os casos de vítima de violência doméstica, tema muito mais complexo. Mas o

trabalho de identificar e de referir os casos de violência doméstica, aos poucos, tem se institucionalizado de uma maneira limitada porém consistente dentro da área de saúde, principalmente através das redes de assistência já citadas.

Um exemplo de tema que tem crescido com base na necessidade de ter procedimentos precisos, mas se abrindo à complexidade, inclusive da violência doméstica, são as ações de interface entre violência e DST/AIDS, pois parte do reconhecimento de que a vulnerabilidade a um e outro agravo são muito semelhantes. Um estudo recente mostrou que entre as mulheres usuárias do ambulatório do Centro de Referência em DST/AIDS de São Paulo, mais de 30% daquelas mulheres declaravam já ter tido relações sexuais mediante violência física, dado muito superior aquele encontrado na população em geral, cerca de 13%.

Uma outra questão que tem surgido desde o início da incorporação do tema da violência de gênero nas ações de saúde tem sido o da violência institucional de gênero. É possível dizer que a parte que mais se desenvolveu o foi justamente as discussões sobre humanização da assistência, e sobre como as práticas de saúde podem tanto promover quanto violar os direitos das mulheres. Estas formas de violência – de gênero, de raça, de classe social – se encontram em uma sinergia perversa, potencializando a discriminação (27). Esse ainda é um tema marginal e ameaçador, pois se ainda temos dificuldade para que essas instituições reconheçam a violência perpetrada por terceiros (maridos sobre esposas, adultos sobre crianças, etc.), o debate sobre a violência perpetrada pelas próprias instituições sobre seus usuários ainda é muito delicado.

A reflexão sobre a assistência ao parto foi uma das faces dessa violência institucional de gênero que mais evoluiu, e tem sido também um dos campos de institucionalização do debate de violência de gênero dentro das instituições em geral [28].

O monitoramento, o controle social e a avaliação dessas políticas

Não creio que seja papel do movimento avaliar as políticas de violência. Isso é papel das pesquisadoras, das pessoas que estão envolvidas com avaliação. O movimento não pode sair do seu papel de reivindicação, de pressão, para se deter na tarefa de avaliar – o seu papel é político. O que não quer dizer que os grupos de mulheres que tenham essa vocação, esse interesse, não se envolvam, e possam dar uma cara feminista para essa avaliação. [29]

Para efeitos desse texto, faremos uma distinção entre monitoramento, controle social e avaliação. Como monitoramento, podemos entender o *acompanhamento crítico* dos acordos e compromissos dos governos quanto às políticas de violência. O controle social

seria o uso do conjunto dos mecanismos acordados – menos ou mais formais – através dos quais o movimento acompanha e cobra o cumprimento dos acordos. A avaliação seria o balanço de quanto o que foi feito de *fato funciona*, é útil, é seguro, e o que deve ser modificado ou aprimorado

Com relação ao monitoramento, um dos desafios é desenvolver estratégias, recursos, que façam justiça à criatividade e à radicalidade originais do movimento. Um exemplo especialmente rico é a experiência de monitoramento da AMB. Apesar da grande diversidade de estratégias que foram utilizadas nesse monitoramento – a diversidade aqui uma vantagem – a AMB desenvolveu atividades que são experimentos, são estratégias que podem ser ao mesmo tempo de monitoramento, de controle social e de avaliação das políticas de violências.

Ação de Monitoramento da Violência da AMB

Entre julho e novembro de 2003, desenvolveu-se em quase todos os estados brasileiros uma ação de monitoramento da violência impulsionada pela AMB e liderada nos estados pelas organizações locais de mulheres.

Esta foi a forma encontrada pela AMB para dar visibilidade à ação política dos fóruns e articulações dos movimentos de mulheres em seu trabalho de confrontar experiências, dados e informações entre distintos organismos que lidam com este problema, apresentando a visão crítica do movimento de mulheres, no plano local. Um relato completo das experiências está no site da AMB.

Mesmo que esses experimentos tenham diferentes formatos e não sejam comparáveis necessariamente, são muito reveladores e criativos. Como exemplo especialmente ricos estão as estratégias do tipo “Rota Crítica”⁵, que buscam ver qual é o percurso feito pela mulher que precisa dos serviços. Quando ela tem uma necessidade relacionada com a violência, ela procura algum serviço? De que tipo? Porque e como procura? Que tipo de dificuldades ela vai encontrar? O que de fato vai ajudá-la? Isso permite pensar nessas políticas, nas perspectivas dela como usuária dos serviços, como cidadã.

5 A “Rota Crítica das Mulheres Afetadas pela Violência Intra-familiar na América Latina”, foi uma pesquisa realizada em 10 países da América Latina e Caribe (o Brasil não esteve incluído). Trata-se de um estudo qualitativo utilizando técnicas etnográficas, que estudou as ações, percepções e atitude das mulheres afetadas pela violência, assim como a qualidade dos serviços e as representações sociais dos prestadores de serviço. OPAS/OMS Programa Mujer, Salud y Desarrollo. La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina. Estudio de caso en diez países. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, Publicación Científica no. 54.

Nós em Goiânia, uma das atividades do monitoramento foi a ida nos serviços que atendem violência, como se fosse uma usuária. Conversamos com todo mundo, o porteiro, a pessoa que atende, para fazer, sentir como se sente a mulher que procura o atendimento que deveria ter. Foi aí que a gente viu todas as dificuldades que ela enfrenta, e o que tem que melhorar. [30]

Em termos de monitoramento, podemos fazer o acompanhamento da política propriamente, dos compromissos assumidos, dos acordos, dos orçamentos e sua execução. Como por exemplo, ter construído tantas delegacias, ter tantos centros de referência, ter recursos disponíveis, ter profissionais treinados, etc. É uma avaliação do processo, avalia e quantifica os meios para atingir a finalidade. Tanto no setor governamental quanto em ONGs, muitas respostas criativas, que serviram de exemplo e inspiração mesmo para outros países, são raramente avaliadas de forma sistemática, mesmo quando avaliam apenas os processos.

Há reconhecidamente uma carência de estudos que sistematize as evidências da efetividade e da segurança dessas respostas. Os programas que lidam com transformações culturais, como é o caso da violência de gênero, sofrem de dificuldades semelhantes quando de sua avaliação. Na falta de indicadores diretos na avaliação *dos resultados*, e dada uma certa indefinição teórica no campo, se buscam formas alternativas de avaliação da eficácia dos programas, havendo uma ênfase na quantificação de ações. Tendemos a um certo “fetichismo numerológico” [31], referido aos volumes demonstráveis, como por exemplo o número de atendimentos realizados, profissionais treinados, mulheres abrigadas, recursos distribuídos ou de atividades educativas feitas.

Embora nos informe pouco sobre o resultado final das nossas ações, esse “fetichismo numerológico” que avalia *o processo*, é muito importante. Porque não é uma tarefa menor enfrentar todos os percalços da criação e da implementação de serviços, da sua infraestrutura, garantir a criação e a manutenção nas negociações dos orçamentos, realizar a adaptação de serviços disponíveis de maneira que eles possam incorporar estas propostas de justiça de gênero e de combate a violência. Isto sem contar com todo o esforço de treinamento e “reciclagem” de profissionais, da sua supervisão para que consigam incorporar uma perspectiva crítica de gênero, em especial em relação à violência.

Mas por outro lado a avaliação de resultados da política (quanto ela de fato ajudou as mulheres), esta é muito mais difícil, mas muito mais útil também – principalmente para as mulheres que necessitam delas. O que resultou estas políticas? Elas previnem a violência? Elas ajudam a superar uma relação violenta? Ajudam as mulheres a se sentirem mais seguras? Por isso os recursos metodológicos do tipo Rota Crítica, que estudam a partir das

mulheres, o resultados para elas, considerando cada detalhe dos serviços oferecidos e do acesso a eles, podem ser especialmente úteis para atualizar nosso agenda política.

Outras perguntas poderiam ser: quem é essa mulher? O que ela espera dessas políticas? Como ela avalia a assistência que recebeu? Como ela se beneficiou do atendimento? O que o atendimento, o acesso a essas políticas ajudou em termos de sua segurança? Ela tem uma vida menos submetida aos riscos de agressão, das violações dos seus direitos? Em que medida? Ou seja, essas políticas são efetivas?

Essas políticas são seguras? Uma questão não é em nada supéflua: elas contribuem em ampliar a segurança e em reduzir a vulnerabilidade à violência? Em que medida? E também o resultado final: ela está mais satisfeita com a sua vida? Ela ficou satisfeita com a assistência? Hoje há uma tendência a considerar que a satisfação – com a assistência, com o resultado, com a vida – é um dos resultados mais importante a ser considerado. Da usuária principalmente, mas também de quem faz a assistência: está satisfeito com seu trabalho? Mesmo que o considere duro, difícil, acredita nele, sente-se útil?

Estudar o resultado das políticas propostas é fundamental para revisar, re-alinhar as propostas, aperfeiçoá-las, o que exige enfrentar suas contradições com coragem. É importante porque há sempre uma distância entre o que é proposto como política e o que de fato acontece.

Aqui pesa o compromisso político tanto das instituições como das pessoas que atendem com a promoção de justiça de gênero, porque muitas vezes podemos ter um excelente protocolo de atendimento, mas isso não ser suficiente. Qualquer protocolo exige uma “interpretação”, que exige um certo compromisso político, não é apenas uma compreensão formal, burocrática. E independentemente das instituições, são os indivíduos, as pessoas concretas, com sua história pessoal e seus valores, que realizam o atendimento.

Muitas vezes temos situações onde existe uma infra-estrutura adequada, mas os profissionais não incorporaram este ideário, e outras vezes existe o oposto, os profissionais incorporaram este ideário, e não têm condições materiais concretas de trabalho. Temos como exemplo, experiências dramáticas: abrigos que são verdadeiros “depósitos de mulheres”. Sem o mínimo de infra-estrutura que dê suporte, para que a mulher possa superar a situação de violência.

E temos também abrigos maravilhosos como é o caso do abrigo de Brasília, onde se tem toda uma rede de trabalho institucional. As redes são um dos grandes acertos do movimento, nessa transição da reivindicação para criação de políticas públicas. Há exemplos em vários estados, e onde foi desenvolvida uma rede de trabalho em violência contra a mulher, onde foram feitos acordos institucionais, onde cada parte da responsabilidade dos manejos das questões de violência foram bem trabalhadas, com acordos bem feitos e

criativos, incluindo pessoas e instituições comprometidas, essas políticas têm uma grande chance de funcionar e de fato serem úteis às mulheres. Em muitas entrevistas, as pessoas que trabalham em serviços articulados a redes falam com entusiasmo do seu trabalho. Apesar de todas as dificuldades, onde foi desenvolvida uma cultura institucional de colaboração que inclui as várias Secretarias, o Ministério Público, as ONGs, a universidade, os serviços que podem trabalhar juntos e crescer juntos, no desenvolvimento de respostas efetivas em relação a questão da violência.

A Casa Abrigo de Brasília está instalado em uma bela casa construída num terreno de 12 mil metros quadrados. São seis quartos, quatro banheiros, copa, sala ampla e cozinha bem equipada. Ali também tem piscina, parquinho para as crianças e até um gramado bem verde. Mas o endereço é segredo. Os muros altos e a vigilância 24 horas na porta são indícios de que a bela casa não é como as outras. Quem mora na Casa Abrigo do Distrito Federal está sob proteção da Justiça.

O desafio da Casa Abrigo-DF, uma das 72 que existem no Brasil, é dar apoio jurídico e psicológico às mulheres que são agredidas, principalmente, por pais, maridos, padrastos. Para ajudar mães e filhos a superar a dor das pancadas e da violência sexual, pelo menos 35 profissionais assumem a tarefa de acompanhar cada caso e criar mecanismos para que essas famílias possam ser reestruturadas. São psicólogos, pedagogos, orientadores sexuais, advogados, fisioterapeutas, agentes sociais, ginecologistas, pediatras, enfermeiras e policiais que trabalham na única Casa Abrigo de Brasília, vinculada à Secretaria de Estado de Ação Social do Distrito Federal e inaugurada em 1993.

Prisioneiras do medo – Brasília, domingo, 01 de junho de 2003

http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030601/sup_rvd_010603_16.htm

Um dos desafios a enfrentar é o de desenvolver mecanismos formais ou informais de controle social dessas políticas, a exemplo das que existem para as políticas de saúde. Na proposta de novo Programa Nacional de Segurança Pública, há referências a essas formas de controle social. A sua existência na prática pode fazer uma grande diferença no avanço de políticas efetivas.

Nesta pesquisa, encontramos algumas experiências de avaliação deste resultado final, a partir do movimento de mulheres ou do Estado. Estamos mapeando essas experiências, considerando que temos três tarefas de avaliação e na construção dos seus indicadores: dos processos (quantos serviços, quantos atendimentos, quantos treinamentos, etc.), dos resultados (quantas mulheres estão mais seguras, mais satisfeitas, por exemplo), e também o que isso contribui para a construção do conhecimento novo, impulsiona nossas teorias,

conceitos, modos de olhar o problema e encontrar soluções. Essa é uma idéia bastante promissora para pensar a avaliação, ou seja, o faz com que nos passemos a pensar diferente, a partir da reflexão que fazemos sobre essas políticas. Aqui seria fundamental incluir as mulheres em situação de violência nesta reflexão, pois sua contribuição potencial tem sido subestimada na experiência brasileira [32]

Além do resultado nas mulheres como indivíduos ou no conjunto das mulheres que sofreram violência, quanto essas políticas teriam modificado uma cultura de gênero mais geral, e uma cultura institucional com relação à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher? Para saber mais sobre isso teríamos que contar com estudos de prevalência (frequência na população) das várias formas de violência contra a mulher (física, sexual, psicológica), considerando as variáveis demográficas, tais como raça/etnia, idade/geração, renda, estado conjugal, área geográfica onde reside, entre outras, e estudar quanto a violência diminui (ou se mantém, ou aumenta) antes e depois da implementação dessas políticas. Há alguns estudos sobre a prevalência em área urbanas e rurais de algumas cidades brasileiras, que são um excelente começo.

Precisamos de dados dissociados por raça/etnia, dos quais ainda dispomos raramente. O movimento de mulheres negras tem tido um papel de destaque, tendo criado serviços, organizado redes, e impulsionado debates cruciais como o sobre saúde mental das mulheres na interface entre a violência e o racismo.

Os estudos sobre violência também demonstram que a violência contra as mulheres é muitas vezes uma reação, um resultado do fortalecimento das mulheres, de sua saída de uma situação de opressão, enfim, de uma mudança positiva. Por isso a violência aumenta quando a mulher sai de casa em busca de emprego, renda ou estudo, quando sai do papel exclusivo de esposa e mãe para o espaço público, quando sai de uma relação violenta. Se a violência muitas vezes é uma reação – relativamente previsível – ao fortalecimento, ao *empowerment* das mulheres, isso indica que essas ações de fortalecimento deveriam de rotina incorporar um componente de prevenção e de enfrentamento dessa violência, já que as mulheres que estão mudando de uma situação mais fortalecida estão previsivelmente mais vulneráveis.

Mas não há dúvida de que a violência contra a mulher, 25 anos de lutas depois, é muito menos tolerada pela sociedade brasileira, e essa é um resultado que como feministas devemos comemorar. O Instituto Patrícia Galvão realizou uma pesquisa inédita sobre violência contra a mulher, encomendada ao Ibope Opinião, com apoio da Fundação Ford. Realizada em setembro de 2004, a pesquisa trabalhou com uma mostra representativa da população adulta brasileira. Foram realizadas 2.002 entrevistas pessoais em todos os estados brasileiros, capitais e regiões metropolitanas. Quando perguntadas sobre qual o maior problema das mulheres, 30% apontam a violência contra a mulher dentro e fora de casa

em primeiro lugar, na frente de uma série de outros problemas, como câncer de mama e de útero (17%) e a Aids (10%). Os indicadores de preocupação com a questão da violência não mostram diferenças entre os sexos, tampouco na maioria das variáveis estudadas. Isto é, trata-se de um problema amplamente difundido no conjunto da sociedade. (33)

A idéia de que a mulher deve agüentar agressões em nome da estabilidade familiar é claramente rejeitada pelos entrevistados (86%), assim como o chavão em relação ao agressor, “ele bate, mas ruim com ele, pior sem ele”, que é rejeitado. [33]

Por fim, alguns dos desafios e novas perguntas que estão na pauta⁶

Muitas de nossas entrevistadas indicam que um desafio maior seria como recuperar a criatividade e radicalidade do movimento, nesse momento que nos queixamos de uma crise desses atributos. Para isso, seria fundamental revisitar as experiências do movimento estão enfrentando esse desafio – dentro e fora de instituições públicas, já que há uma infiltração feminista nesses serviços e instituições. Nas palavras de mais de uma entrevistada, “temos que superar os chavões”.

A necessidade da avaliação sistemática das políticas foi mencionada pela grande maioria de nossas entrevistadas. Algumas chegaram a sugerir que a primeira atividade desses programas fosse exatamente compilar o conjunto de informações disponíveis, as que faltam, e com base neste quadro desenhar uma avaliação da intervenção a ser feita. Para essas mulheres, o desenvolvimento de capacidades de avaliação deveria ser uma prioridade, através de metodologias participativas como a Rota Crítica ou outras consideradas adequadas, sempre que possível incorporando as mulheres que sofrem violência. A incorporação dessas mulheres tem sido no caso brasileiro bastante subestimada (exceção feita a alguns programas de Promotoras Legais Populares) no desenho de serviços e sua avaliação, ao contrário de outros países, onde muitos serviços criados e são dirigidos por elas.

Um outro desafio seria atualizar a discussão e recuperar a perspectiva feminista de várias questões. Uma delas é a da família. Para pensar a violência doméstica, a violência intra-familiar, a violência conjugal, essa é uma discussão que tem feito muita falta. É preciso pensar nas várias formas de famílias, a partir dos direitos sexuais, ir além da família heterossexual. Mas o debate não se esgota nisso.

⁶ O debate sobre desafios foi muito enriquecido pelo encontro promovido pelo Instituto Patrícia Galvão “Pró-Ação em violência e Mídia”, realizado em São Paulo em fevereiro de 2005.

É necessário retomar a discussão sobre a conjugalidade heterossexual, sobre a questão das mulheres como chefe de família, da enorme carga social e econômica da maternidade sobre as mulheres sem apoio de parceiro ou do Estado, do papel do homem como provedor material e afetivo. Essas questões são centrais para as mulheres em geral e em especial para as que querem se separar.

Há muito tempo eu fiz uma proposta para o movimento negro, em 94, que era uma campanha contra a violência domestica e pela paternidade responsável, saiu um documento, era embrionário, então ela tem até um manifesto e tal. Só que se a gente não impulsiona, ela não anda e naquele momento eu achava que a gente não tinha que impulsionar, que tinha que ser uma campanha que os homens incorporassem. É um tema que paira nos encontros, ela é citada aqui e ali, mas nem nós do movimento negro nem no de mulheres, nós não aprofundamos. [13]

Vimos recentemente uma guinada conservadora sobre o tema das famílias. No Brasil, isso passam inclusive pela discussão dos modelos de assistência como o Programa de Saúde da Família, que muito fortemente tem re-colocado as mulheres centralmente num lugar de esteio da família, como cuidadora. A divisão de responsabilidades, do ponto de vista de gênero dentro da família, ainda sobrecarrega a mulher; ela é vista muito mais no papel subalterno, e da manutenção dessa família unida. [18]

E esse é um debate por enfrentar de forma muito corajosa, porque do ponto de vista das políticas publicas há uma tendência de transpor a mulher do seu lugar privado das famílias para as políticas publicas. O que estamos vendo agora, por exemplo, é a transformação das delegacias da mulher, em delegacia da criança, do idoso, ou seja naquele papel de mãe, uma extensão para as políticas da idéia da cultura de que “no colo de mãe cabe todo mundo” [34].

A manutenção da mulher como cuidadora passa a ser um objetivo, ou seja a dissolução da família, mesmo em situações de violência é muitas vezes vista como uma ameaça, não como solução. Tudo isso questiona, relativiza o debate que feminista de que há uma idealização da casa e da família, como um lugar de aconchego, do lugar do carinho, o lugar do cuidado. Como o feminismo tem repetido nestes 20 ou 25 anos: para as mulheres a família também pode ser um lugar de agressão e risco.

Há o debate sobre diversidade, lesbofobia e heterossexualidade compulsória – mais do que necessário por enfrentar, principalmente na conjuntura global de conservadorismo e intolerância. Mas também o debate sobre casamento e conjugalidade entre mulheres e a violência nesta forma de relação. Até agora nos perguntamos onde encaminhar essas

mulheres – bastante minoritárias, mas nem por isso menos necessitadas. E como abrir esse debate sem dar munição, sem nos expor desnecessariamente aos nossos adversários que adoram a hipocrisia.

Ainda no ponto de vista da família tem uma questão da qual não conseguimos nos livrar: qual é um lugar dos homens? Não apenas dos agressores, dos homens em geral, no projeto feminista – e aqui não nos referimos apenas ao feminismo heterossexual. Esse é um debate fundamental, onde nos temos que saber qual é a nossa agenda como feministas – não a agenda dos governos, das agências, das financiadoras. Isso diz respeito às políticas de aliança, com movimentos como o do Laço Branco, e também à proposição (ou não) de políticas da perspectiva feminista, como por exemplo, a criação de penas alternativas.

Quando debatemos sobre violência, quando falamos em homens estamos pressupondo que estamos falando dos agressores. Mas os agressores não representam todos os homens. Com relação aos agressores, temos um conjunto de divergências sobre o que fazer eles, inclusive se devemos propor ou apoiar alguma políticas ou forma de atendimento. Na última conferência de políticas para mulheres houve um rechaço das propostas de atendimento aos agressores, e há um grande debate sobre o que poderia ser uma política dessa natureza. Há um pressuposto, menos ou mais implícito, de que atender os agressores seja uma substituição para a penalização da violência, um reforço para a impunidade, uma relativização de que a violência contra a mulher é um crime. Talvez tenhamos que descolar a discussão do atendimento aos agressores, da questão da punição, pois uma coisa é a punição em si, outra é o atendimento aos agressores, e uma coisa não exclui a outra. Pode-se perfeitamente ter uma punição, e além disso ter o atendimento aos agressores. É um debate que temos que enfrentar, pois o tema tem sido uma certa “agenda oculta” do movimento, o que tem nos impedido de discutir abertamente, explicitar as diferenças, debatê-las. Nós não temos que cuidar dos homens. Mas temos que ter mais claro que é a nossa (ou as nossas) perspectivas.

Nesta direção, precisamos inventar penas alternativas que de fato punam, que tenham um caráter educativo, que de fato reparem, façam uma diferença positiva para as vítimas, ao invés de contribuir para a impunidade dos agressores. Há algumas experiências inovadoras, que priorizam a reparação da vítima, como o pagamento por parte dos agressores de recursos para a montagem de novos lares ou de instrumentos de trabalho para a geração de renda para mulheres em situação de violência, entre outras [34] cujos resultados devem ser avaliadas e se possível estendidos. É importante as feministas estejam diretamente envolvidas na “invenção” dessas penas alternativas, talvez tendo um “menu” de penas para proposição ao judiciário. Os homens envolvidos na luta contra a violência, como os da Campanha do Laço Branco, podem estar envolvidos nesse esforço. É fun-

damental a disponibilidade de recursos para pesquisas orientadas à ação, que avaliem o resultado desses experimentos. Estas iniciativas devem estar articuladas aos mecanismos de monitoramento e controle social das políticas.

Ainda sobre o acesso à justiça, é sempre lembrada como prioridade a luta por implementar uma legislação sobre violência de gênero adequada às necessidades das mulheres, e temos o Projeto de Lei 4559, sobre a violência doméstica contra a mulher. O projeto original nasce de um consórcio de organizações não-governamentais feministas, tendo sido encaminhado ao executivo para a ampliação do debate com um vasto conjunto de setores institucionais, através da formação de um Grupo de Trabalho com outras secretarias, judiciário e legislativo. O projeto prevê a criação de um procedimento específico, dentro da Lei nº 9.099, para os casos de violência doméstica, além de propor a criação de varas especializadas nesse tipo de violência. A proposta contempla ainda o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, garantindo os direitos à guarda dos filhos e a seus bens.

Ainda há muito o que aprofundar sobre as sinergias perversas entre a questão de classe social, de exclusão social, da pobreza, do racismo e as outras formas de violência, inclusive na questão do homicídio de mulheres. O homicídio é um tema central para uma análise de gênero. É certo que os homens são a grande maioria das vítimas de homicídio, sobretudo os jovens e negros, mas também é certo que a quase totalidade dos perpetradores de homicídios são homens – sejam suas vítimas homens ou mulheres. No Brasil como em outros países, é mais provável que uma mulher seja morta por um homem de sua relação pessoal – marido ou namorado, ex- ou atual – que por um desconhecido, e há evidências de que os *homicídios de mulheres estão aumentando, em número e em grau de perversidade* [35].

A relação entre gênero, masculinidade e o papel da violência na constituição da identidade masculina, no projeto de reputação masculina, é um tema fundamental para imaginar intervenções que possam se contrapor ao estado de violência extrema a que chegamos.

Um debate recente sobre a mortalidade dos homens é o que considera as mulheres também como as vítimas indiretas dessas mortes, como *sobreviventes desses homicídios*. Inclui o impacto que isso tem do ponto de vista de gênero – sobre as viúvas, mães e filhos dos homens mortos – seu enfrentamento dos assassinos, da polícia, do aparato médico-legal para o reconhecimento e enterro dos corpos, seu luto – um pesadelo dolorosamente comum para as mulheres das comunidades mais pobres e violentas.

Então assim, em caso dos homicídios, são as mulheres que vão decidir se vão recolher o corpo do filho ou do marido, se ele estiver exterminado lá na rua, é ela que tem que decidir isso, porque se ela for, o traficante vai reconhecer o que ela é, o que ela faz, ela fica com os filhos naquele bairro, e vai decidir se ela vai conviver com o

menino que quer vingar a morte do pai, ou a morte do irmão mais velho. Ela vai ter que decidir se ela vai dizer: meu filho vai lá porque eu vou trabalhar pra te ajudar a comprar arma ou então ela vai dizer não! Não vou fazer isso. Mas ela também que vai procurar a justiça e está silenciada e não pode falar tudo que ela sabe, não pode falar toda a suspeita que ela tem. Então eu acho que pra nós mulheres, eu acho que esta faltando, inclusive da nossa parte, nós que nos consideramos feministas, falta essa reflexão também. [36]

A prevenção da violência da perspectiva de gênero, não apenas o seu enfrentamento, também é um tema que deve estar no topo da nossa agenda, fazendo justiça à reflexão sobre as inter-relações entre pobreza, racismo, homofobia e violência urbana. Um recurso de prevenção em outros países que poderia ser mais utilizado no Brasil são as oficinas de auto-defesa para mulheres. Essas oficinas ensinam quando e como reagir, e seu maior impacto é sobre a auto-imagem da mulher, que passa a ter recursos concretos e simbólicos para reagir. Sabemos pouco sobre esse tipo de trabalho, sua segurança e efetividade – mas se não o utilizarmos e avaliarmos, continuaremos sem saber.

Ainda sobre prevenção, as ações de mídia com a perspectiva feminista, como o caso dos spots veiculados em 2004 pelo Instituto Patrícia Galvão é um exemplo de ação bem sucedida, que pode contribuir com essa prevenção [32].

Outro desafio que se coloca é: como incluir as pessoas mais vulneráveis à violência e que tem se beneficiado menos dessas políticas. E aí temos que fazer uma reflexão a respeito da questão do racismo e de todas as formas de exclusão social, e de algumas situações especificamente muito vulneráveis, entre elas as mulheres indígenas, as moradoras de rua, as mulheres HIV-positivas, as presidiárias. É também o caso das prostitutas, que mal podem recorrer a policia, existem casos inclusive que elas recorrem a policia, e enfim, contam que “foram estupradas” na própria delegacia. Existem populações que não só não tem acesso a essa política de proteção contra a violência, como essas mesmas Instituições violam os seus direitos, e se tornam ameaças, são umas violências contra essas mulheres.

Por fim, entre os desafios que estão colocados, resta a pergunta para o movimento: qual o lugar, se algum, para uma rede nacional de combate à violência contra a mulher? Na década de 90, tivemos a tentativa de uma rede de violência, que teve um final infeliz, com muitos conflitos. Atualmente temos várias redes nacionais informais, e temos ações articuladas com relação ao monitoramento das ações de violência como no caso da AMB, à legislação como é o caso do consórcio para a proposição de um projeto de lei de violência doméstica contra a mulher (PL 4559). Ou seja, temos várias redes na pratica, inclusive, muitas redes locais de atenção e de assistência, que são modelos novos, criativos, extremamente promissores.

Referências

- [1] Sonia Corrêa, José Eustáquio Diniz Alves. As Metas de Desenvolvimento do Milênio: grandes limites, oportunidades estreitas? Aparte – Inclusão Social em Debate <http://www.ie.ufrj.br/aparte/opinioes/index.php>
- [2] RedeFax Especial – número 01/ 2005. Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. **Ano 10 – primeira quinzena de janeiro de 2005.**
- [3] Teles, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993. 181 p.
- [4] Entrevista com Tereza Verardo, transcrição.
- [5] Entrevista com Jacira Melo, transcrição.
- [6] Entrevista com Denise Dora, transcrição.
- [7] Lia Zanotta Machado Série Antropologia 319. Atender vítimas, criminalizar violência. Dilemas das Delegacias da Mulher. Brasília 2002. <http://www.unb.br/ics/dan/Serie319empdf.pdf>
- [8] Maria Betânia Ávila. Pensando o Fórum Social Mundial através do feminismo. SOS Corpo. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 11 (2) :360, julho-dezembro, 2003.
- [9] Rede Mulher de Educação. Vem pra roda! Vem pra rede! – Guia de apoio à construção de rede de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. <http://www.redemulher.org.br/publicacoes/vempraroda.pdf>
- [10] Rao Gupta, Geeta; Gender, Sexuality, and HIV/AIDS: The What, the Why, and the How. Volume 5, Number 4, 2000. Geeta Rao Gupta's plenary presentation of 12 July 2000 at the XIII International AIDS Conference. <http://www.aidslaw.ca/maincontent/otherdocs/Newsletter/vol5no42000/guptadurban.htm>
- [11] Health Translation in Health and Development. Research to Policy Strategies. International Development Research Center. 2003. http://web.idrc.ca/uploads/user-S/10963022581KT_in_Health_and_Development.pdf
- [12] Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Mulher, Cidadã Brasileira. Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes de 1987. Brasília, CNDM, 1987.
- [13] Plataforma Política Feminista. Texto na íntegra (pdf) em <http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=34>
- [14] Portal Violência Contra a Mulher. Projeto de lei nº 4559, de 16/11/04 (violência doméstica e familiar). Em <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=117>
- [15] Entrevista com Nilza Iraci, transcrição.
- [16] Entrevista com Schuma Schumacher, transcrição.
- [17] Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Dossiê Violência Contra a Mulher – Mônica Fontana – Simone Ferreira dos Santos. Pesquisa e redação (atualização 2001). <http://www.redesaude.org.br/dossies/html/dossieviolenca.html>
- [18] Portella, Ana Paula. Apresentação na reunião nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), no painel “Estratégias de lutas e política cultural feminista contra a violência”. Comunicação oral.
- [19] Entrevista com Coletta Oliveira e Sandra Unbehaum
- [20] CAMPOS, Carmen. TEXTOS BEM DITOS. Volume I – *Justiça Consensual e Violência Doméstica*. Porto Alegre, Ed. Themis, 2002. 54 p.
- [21] Miriam Grossi. Comunicação informal sobre o Projeto Mapeamento Nacional de Pesquisas e Publicações sobre Violências contra as Mulheres. NIGS – Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Laboratório de Antropologia Social da UFSC.
- [22] Entrevista com Ana Flávia d’Oliveira, transcrição.
- [23] Depoimento de psicóloga que atende em um abrigo de São Paulo, comunicação oral.
- [24] A Lei nº 10.778. <http://www.mulheres.org.br/violencia/artigos06.html>
- [25] GT Gênero e Saúde da ABRASCO. <http://www.abrasco.org.br/GTs/gtgenero/default.htm>
- [26] Entrevista com Lília Schraiber, transcrição.
- [27] S.G. Diniz, A.S. Chacham The cut above and the cut below: the abuse of caesareans and episiotomy in São Paulo, Brazil, *Reproductive Health Matters*, Volume 12, Issue 23, 1 May 2004, Pages 100-110.
- [28] D’OLIVEIRA, Ana Flávia; DINIZ, Simone Grilo; SCHRAIBER, Lília B. Violence against women in health-care institutions: an emerging problem. *Lancet*, Londres, v.359, n.9318, p.1681-1685, mai. 11, 2002
- [29] Entrevista com Sílvia Camurça, transcrição..
- [30] (Entrevista com Rurany Esther) Obs: esse relatório não tem no site da AMB)
- [31] Camargo Jr. K. R Políticas Públicas e prevenção das DST/AIDS. In: Saúde, Políticas e desenvolvimento: Respostas Frente à AIDS no Brasil. Parker, R. e Galvão, J. (eds). Editora 34, São Paulo
- [32] Relatório Encontro do Patrícia Galvão Pró-Ação em violência e Mídia (breve)

[33] Atitudes frente à violência contra a mulher. Pesquisa Ibope Instituto Patrícia Galvão – <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/dadospesquisas.shtml>

[34] Depoimento de Lenira Silveira (Casa Eliane de Grammont), comunicação oral

[35] Analba Brazão, comunicação pessoal. Ver tese.

[36] Entrevista com Graziela Acquaviva, transcrição